JUSTIÇA ELEITORAL

Aliados e especialistas afirmam acreditar que discurso tem objetivo maior de manter a militância acesa

Bolsonaro diz apostar no TSE para disputar eleição em 2026, obstáculos são grandes

JULIA CHAIB E MARIANNA HOLANDA
De FolhaPress - Brasília

Jair Bolsonaro (PL) disse a pelo menos três pessoas que aposta em recursos no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para reaver o direito de se candidatar novamente à Presidência em 2026.

O discurso do ex-presidente, porém, é visto por alguns aliados e por especialistas em direito eleitoral mais como um aceno à militância, para mantê-la acesa, do que como uma esperança real.

As projeções feitas por Bolsonaro também esbarram em dificuldades jurídicas —sobretudo no STF (Supremo Tribunal Federal).

O cálculo que Bolsonaro externou a essas pessoas leva em conta o fato de que o TSE terá no ano eleitoral uma composição mais favorável a ele.

O ministro do STF Kassio Nunes Marques presidirá a corte, que terá também André Mendonça em sua composição. Ambos foram indicados por Bolsonaro para as vagas no Supremo.

A ministra Cármen Lúcia também deve ser substituída em agosto de 2026 por Dias Toffoli, magistrado visto com bons olhos por aliados do ex-mandatário.

Entre os bolsonaristas mais otimistas, há uma avaliação de que o apoio popular do ex-presidente imporrá uma mudança de tom na política e no Judiciário, facilitando uma eventual reviravolta em sua situação.

Eles dizem acreditar que mesmo o STF ficará gradualmente mais acionado diante de pressão do Congresso e de parte da sociedade civil, que vêm ampliando críticas aos inquéritos sob relatoria de Alexandre de Moraes.

Outra projeção que circula no meio bolsonarista é a de que até 2026 o próprio PT e o presidente Lula (PT) concluirão que é melhor disputar uma eleição com ele do que com um candidato como o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Outro fator de mudança que pode influenciar o cenário político favoravelmente a Bolsonaro, segundo esses aliados, é uma vitória de Donald Trump nos Estados Unidos.

Uma ala de interlocutores do ex-presidente menos otimista vê com ceticismo uma mudança de cenário político tão expressiva que garanta a ele reversão de sua inelegibilidade.

O ex-chefê do Executivo foi condenado pela Justiça Eleitoral em duas ações, ambas em 2023: a primeira pela reunião feita no Palácio da Alvorada com embaixadores para deslegitimar o sistema eleitoral. A segunda, sobre uso do 7 de setembro de 2022 para fazer campanha eleitoral. Pelas regras, sua condenação pela Lei da Ficha Limpa durará até 2030.

A defesa de Bolsonaro recorreu ao Supremo nos dois casos. Ela tem até 2026 para esgotar os recursos na corte. Seu advogado é Tarcísio Vieira, ex-ministro do TSE.

Especialistas em direito eleitoral ouvidos pela Folha traçaram alguns cenários possíveis que beneficiariam o presidente, mas afirmam ser baixa a probabilidade de qualquer um deles.

Um seria a anulação liminar, por algum ministro do STF, das decisões do TSE. Nesse caso, seria necessário o plenário referendar a decisão, o que hoje é visto como hipótese altamente improvável.

O recurso do caso dos embaixadores está com Luiz Fux. O segundo ainda não foi distribuído.

Outro cenário diz respeito ao STF julgar os recursos imprevistos e devolver os processos para o TSE, onde as sentenças são executadas.

Bolsonaro poderia, em tese, entrar com a chamada ação rescisória. Esse tipo de ação é raro e lista cenários em que o processo já transitado em julgado pode ser rescindido. Por exemplo, quando a decisão for proferida por "juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente".

"Existe essa possibilidade, mas ela é muito mais teórica do que fática, honestamente. Por mais que seja um ex-presidente, não vejo a Justiça Eleitoral disposta a esse comportamento, ainda que seja outra composição (do TSE)", disse Renato Ribeiro, coordenador acadêmico da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político).

O advogado Alberto Rollo diz acreditar que os caminhos jurídicos para Bolsonaro são mais uma res-

posta política do que jurídica em si. "Ele pode reclamar para o papa, para o Trump, para quem quiser, não significa que vá conseguir. Imagino que esse tipo de discurso seja para manter o discurso de que está vivo, perante a militância, de que não aceitou sem reclamar, recorrente", afirmou.

Outro grande obstáculo para a projeção que Bolsonaro tem feito é o de que ele é investigado em inquéritos no STF que tratam dos casos da tentativa de golpe, da fraude em cartão de vacinação e das joias.

Se Bolsonaro for eventualmente condenado na esfera criminal nesses casos, ele perde os direitos políticos a partir do momento em que não couberem mais recursos, ou seja, quando a condenação tiver transitado em julgado, e enquanto ele cumprir a pena.

Assim, só cumprindo, revertendo ou anulando a pena criminal ele poderia ver recuperados seus direitos políticos novamente.

Bolsonaro e seus aliados ainda apostam em mobilizações populares para impulsionar uma mudança de cenário no Judiciário a seu favor. Nesta noite de sexta-feira (14), ele foi aplaudido pelo público durante um show de fogos na Festa do Peão de Americana (SP), ao lado de Tarcísio, também fez um discurso.

O ex-presidente tem focado uma agenda de campanha para mobilizar apoiadores e demonstrar força política. Após a participação em Americana (SP), passará por cinco cidades em Goiás até o fim do mês.

Bolsonaro também já fez duas grandes manifestações a seu favor: uma na avenida Paulista, em São Paulo, em fevereiro, e outra na avenida Atlântica, no Rio de Janeiro, em abril.

Como a Folha mostrou, ele quer replicar esses atos pelo país. A ideia é fazer um por região até o fim do ano.

Outra opção apontada seria uma reversão via Congresso, cenário que por ora também enfrenta grande dificuldade.

Hoje já há no Senado essa proposta, de autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro. Aliados dizem que, na Casa, eles têm apoio, mas a dificuldade é colocar para votação —o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) é aliado de Lula.

Na Câmara, está em análise na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) um projeto para anistiar presos de 8 de janeiro. A proposta é relatada pelo bolsonarista Rodrigo Valadares (União Brasil-SE).

A depender das negociações, a anistia do ex-presidente poderia entrar no projeto, em algum momento.

MUDANÇA CLIMÁTICA

Disputa entre Lira e Pacheco pode fazer Brasil ir à COP, de novo, sem crédito de carbono

JOÃO GABRIEL
De FolhaPress - Brasília

O Brasil corre o risco de chegar novamente a uma COP, a conferência para o clima da ONU (Organização das Nações Unidas), sem uma legislação sobre crédito de carbono. Desta vez, em razão de uma disputa entre o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

A proposta atualmente está no Senado, e ainda há arestas para serem resolvidas do texto, sobretudo divergências acerca da definição de RDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação).

Paralelamente, há uma disputa de tramitação entre Câmara e Senado sobre quem terá a palavra final no projeto.

Há a expectativa de que o texto seja votado nesta semana, mas divergências precisam ser resolvidas, ou o Brasil pode ir novamente à conferência climática sem esse arcabouço legal.

Caso a proposta não seja votada nesta semana é pouco provável que ocorra na próxima, a de São João, quando os parlamentares costumam ir para seus estados, deixando o Congresso esvaziado.

A maior parte do segundo semestre é de eleições municipais e não acontecem votações importantes no período.

O segundo turno dos pleitos está marcado para 24 de outubro. As atividades no Congresso poderiam voltar a ter força na sequência, com pouco tempo para a COP29, em Baku, no Azerbaijão, que começa no dia 11 de novembro.

Procurados, Lira e Pacheco preferiram não se pronunciar sobre este capítulo da disputa entre os dois, que começou no ano passado.

Em outubro de 2023, o Senado aprovou um projeto de lei de número 412, de 2023, sobre créditos de carbono, com relatoria de Leila Barros (PDT-DF).

Arthur Lira, no entanto, arquivou este texto, sob argumento de que ele deveria ser considerado uma proposta do governo federal e que as iniciativas do Executivo devem, por regime, começar pela Câmara.

Barrado, seu conteúdo foi inserido no projeto 2.148, de 2015, que já tramitava entre os deputados há mais tempo e que tinha relatoria de Aelii Machado (PV-PR).

O governo Lula defendeu que o Brasil chegasse na COP28, em Dubai, em novembro de 2023, com a legislação aprovada. A matéria era vista como importante para posicionar o país nas negociações.

Lira, que também iria ao evento da ONU, abraçou a bandeira. Somou o projeto a outros, no que chamou de "pacote verde", uma série de propostas sobre sustentabilidade e transição energética que ele pretendia ver votadas até a conferência.

Mas o pacote de Lira desidratou e o Brasil foi à COP28 sem aprovar a proposta de crédito de carbono, que empacou sobretudo em divergências acerca do mercado voluntário.

A proposta foi votada apenas em dezembro, no final do ano. Agora, travou pelas divergências de tramitação —o Senado nem sequer designou a relatoria.

Por regime, os projetos devem ser votados primeiro na Casa em que foram apresentados e depois passar para outra, que pode manter o texto igual e enviá-lo para sanção da Presidência, ou modificá-lo.

Caso sejam feitas alterações, cabe ao seu plenário de origem validar ou não essas mudanças e, então, enviar para sanção.

No entendimento de Lira, deve-se considerar que o projeto de crédito de carbono começou na Câmara, sob número 2.148. Como ele sofrerá mudanças no Senado, portanto, teria que passar mais uma vez pelos deputados.

Pacheco discorda, em razão do texto aprovado em outubro de 2023, e avalia que os senadores devem ter a palavra final sobre ele.

Ambos dizem a seus respectivos seus pares que não abrem mão dessa palavra final —vale lembrar que os dois travam uma série de brigas sobre tramitação e ritmo de andamento do Congresso, por exemplo no caso de medidas provisórias.

Um aliado de Lira afirma que o presidente da Câmara não descarta a possibilidade de a disputa vá para a Justiça. Para outros dois parlamentares envolvidos no projeto, no entanto, o Legislativo recorrer ao Judiciário, ainda mais no atual contexto de embate entre os poderes, seria politicamente delicado.

Leila Barros e Aelii Machado também não querem comentar o assunto.

O senador Efraim Filho (União-PI), que atua nas negociações, afirma que a discussão sobre o tema no Congresso já é um avanço para o país que tem a maior floresta tropical do planeta.

"O Brasil será líder da COP30, em 2025 [em Belém]. O Parlamento está priorizando as discussões sobre o assunto, mas o consenso só vem com muito diálogo e com análise detalhada de estudos. É preciso entender que isso leva tempo. Afinal, estamos tratando de temas de grandiosidade indiscutível", afirmou.

FORÇAS ARMADAS

Brasil estuda comprar caças F-16 usados devido ao preço do Gripen

IGOR FIELLOW
Da FolhaPress - São Paulo

Insatisfeita com o que considera alto custo do programa dos caças Gripen, a FAB (Força Aérea Brasileira) divulgou que está estudando a aquisição de um lote usado de aeronaves americanas F-16, ao menos como tampão para a defesa do país.

"A análise, no entanto, não guarda relação com as capacidades do Gripen. Não estão sendo realizadas negociações com governos ou empresas, nem foram definidas quantidades ou versões. As únicas interações sobre o tema tiveram como objetivo o levantamento de dados", disse a FAB, em nota divulgada na sexta-feira (14).

O texto nada fala sobre as motivações da FAB, que foram aferidas pela reportagem com integrantes da Força. Mas a confirmação do que era um rumor, comparado por relato do site especializado britânico Jane's na quarta (12), caiu como uma bomba nos meios militares.

Toda a filosofia do programa do Gripen, que inclui a produção nacional do caça da suécia Saab e transferência ampla de tecnologia para unificar a frota brasileira de aviões de combate, vai a xaque com a intenção.

O problema é de dinheiro e da velocidade do cronograma. Ao longo dos anos, houve diversos engargalos orçamentários a atrasar o programa, e mesmo a Guerra da Ucrânia entrou na equação: a Suécia tem buscado acelerar suas entregas desta nova geração do Gripen, que só o país nórdico e o Brasil compraram, devido à situação de segurança europeia.

Há um problema pontual: uma das aeronaves que o Gripen irá substituir, o avião de ataque Embraer AMX, começará a ser desativado em sua base em Santa Maria (RS) no fim de 2025, e por enquanto o ritmo de entregas sucute está baixo.

O cenário faz pessoas com conhecimento da situação no governo Lula (PT) sugerirem que o anúncio visa pressionar os sucessos a melhorar as condições de uma negociação que está em curso desde o ano passado para a aquisição de mais Gripen.

Como a Folha revelou em setembro do ano passado, o governo quer promover um negócio casado no qual venderia alguns cargueiros Embraer KC-390 para a Suécia em troca de exercer uma opção de aumentar em 25%, por meio de adição, o contrato firmado em 2014 para a compra dos Gripen.

Numa conta aproximada, seria um gasto extra de talvez R\$ 5 bilhões por 14 aviões além da encomenda inicial de 36, 15 dos quais serão feitos na linha de

montagem da Embraer, parceira da Saab, em Gavião Peixoto (SP).

O negócio em si custou 39,3 bilhões de coronas suecas, ou pouco mais de R\$ 20 bilhões se fossem pagos hoje. O valor é financiado por 25 anos pelo governo em Estocolmo, mas a FAB precisa pagar adiantando parcelas que serão abatidas depois.

De 2019 a 2023, foram R\$ 7,7 bilhões em valores corrigidos, R\$ 1,2 bilhão só no ano passado. Como a Folha mostrou na semana passada, o cronograma de entrega das aeronaves fabricadas no Brasil parece inexequível, a contar o ritmo atual.

Segundo um oficial-general da FAB, a questão do preço importa, ainda que seja incerto de onde o governo tiraria verba para uma compra imediata. O F-16 é um avião que sobra em estoques mundo afora, motivo pelo qual foi preferido pela Ucrânia em seu pedido de caças do Ocidente.

Tanto assim que o alagado governo, de Javier Milei na Argentina fechou em abril, a compra de 24 F-16 usados da Dinamarca, um dos países que se comprometeram a enviar sua frota em desativação para Kiev. O valor foi de US\$ 300 milhões (R\$ 1,6 bilhão hoje), uma fração do que é estimado pelos 14 novos Gripen.

São, por óbvio, aviões incomparáveis e a questão do preço opõe um negócio de oportunidade a um programa de transferência tecnológica de dez anos. Como lembram pessoas ligadas ao projeto, o Gripen E/F é um avião novo, desenvolvido com participação nacional, o que demora mais do que comprar algo pronto e usado.

Segundo a Jane's, o Brasil também quer 24 F-16 da geração C/D, menos obsoletos do que os comprados por Milei. É um avião menos capaz que os Gripen, mas considerado adequado às necessidades brasileiras.

Hoje, a defesa aérea do país, centrada em Anápolis (GO), está nas mãos de versões modernizadas dos antigos F-5, que voam desde os anos 1970. Há 47 aviões desse tipo no inventário da FAB, além de 30 AMX.

Como muitas das unidades em uso dos F-5 de 60 anos estão a caminho rápido da aposentadoria, o temor na FAB é ficar desguarnecida. Os F-16 de prateleira cumprirão o papel de tampão, assim como os 12 Mirage-2000 comprados da França firmaram em 2006 a 2013.

Esse papel pode inclusive ser feito pela própria Suécia, caso o país aceite vender ou fazer leasing de alguns dos 96 Gripen C/D, a geração anterior à compra pelo Brasil. Esse desenho foi proposto nos anos 2000, na primeira encarnação da concorrência da FAB para adquirir caças

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SUPLENTEMENTE DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
SUPLENTEMENTE DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREÇO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO (SUAQ) Nº SES-PRO-2024/06129

A Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso torna público que realizará a licitação em epígrafe, conforme indicado abaixo: **DATA DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** a partir das 08:00 horas do dia 18/06/2024 até as 19:00 horas de Brasília/MS e **DATA DE ABERTURA DA SESSÃO E PROPOSTAS:** a partir das 08:00 horas de Brasília/MS - 19:00 horas de Brasília/MS do dia 02/07/2024. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO JURÍDICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TECNOLÓGICO, FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, RECURSOS MATERIAIS, MEDICAMENTOS, INSUMOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIOS, INCLUINDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E FARMACÉUTICOS, INCLUINDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE NEFROLOGIA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, INSUMOS E INSUMOS PARA ESSA DEMANDA E OUTROS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DE 03 UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA TIPO ADULTO (UTI) UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NO ÂMBITO DO HOSPITAL ESTADUAL JOSUÉ FERREIRA - LISTA 16 (AQUECERES) SOB SISTEMA DIRETA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO. (1) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (2) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (3) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (4) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (5) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (6) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (7) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (8) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (9) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (10) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (11) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (12) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (13) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (14) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (15) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (16) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (17) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (18) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (19) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (20) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (21) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (22) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (23) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (24) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (25) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (26) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (27) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (28) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (29) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (30) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (31) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (32) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (33) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (34) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (35) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (36) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (37) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (38) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (39) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (40) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (41) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (42) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (43) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (44) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (45) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (46) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (47) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (48) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (49) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (50) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (51) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (52) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (53) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (54) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (55) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (56) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (57) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (58) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (59) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (60) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (61) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (62) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (63) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (64) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (65) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (66) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (67) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (68) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (69) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (70) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (71) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (72) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (73) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (74) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (75) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (76) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (77) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (78) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (79) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (80) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (81) - Utilizar o endereço eletrônico: <https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx> e (82) - Utilizar o endereço eletrônico: [https://www.saude.mt.gov](https://www.saude.mt.gov.br/procad/licitacoes/387239.aspx)